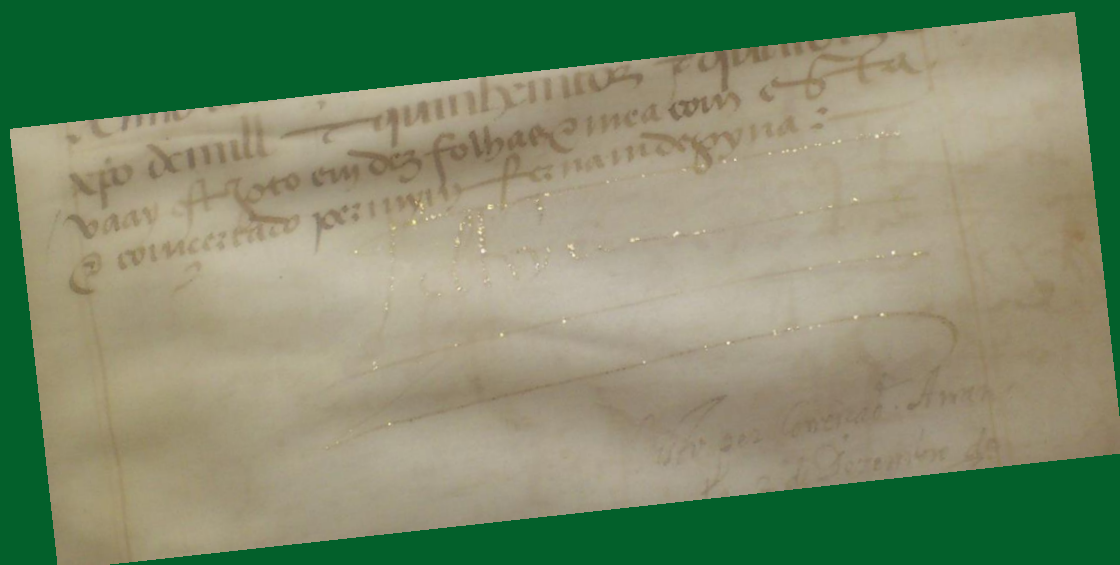




FRAGMENTA HISTORICA 2

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



FICHA TÉCNICA

Título

Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática

ISSN

1647-6344

Editor

Centro de Estudos Históricos

(financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia)

Director

João José Alves Dias

Conselho Editorial

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutorando em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

Conselho Científico

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailler (Diplomatische Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

Design Gráfico

João Carlos Timóteo

Índices

João Costa

Imagem de capa

Assinatura régia autógrafa de D. Manuel I, Foral de Vouga, Lisboa, [Colecção Particular], 1514.03.18.



SUMÁRIO

Imagem da capa: A assinatura régia: a tinta-ouro escreve o Rei, p. 7

João Alves Dias

ESTUDOS

Algumas Achegas sobre o Material Tipográfico da Oficina de Germão Galharde e de sua Viúva (1519-1565), p. 11

Helga Jüsten

Património, Casa e Patrocínio: Uma Aproximação ao Senhorio do Infante D. Fernando (1530-1534), p. 39

Hélder Carvalhal

MONUMENTA HISTORICA

Carlos Silva Moura, João Costa, José Jorge Gonçalves, Nunziatella Alessandrini, Pedro Pinto, Roger Lee de Jesus, Tiago Machado de Castro

Escambo de uma casa na Rua das Alcáçovas em Évora por uma vinha em Xarrama (1307), p. 69

Venda de um quarto de casas junto à Alcáçova de Évora (1312), p. 71

Treslado em pública-forma de um contrato de aforamento de um pardieiro na cidade de Évora feito por João César e Constança Vasques a Domingos Bueiro e Constança Eanes (1322|1376), p. 73

Pública-forma de carta régia de D. Afonso IV sobre o cumprimento de uma verba do testamento de D. Dinis (1336), p. 77

Testamento de Vasco Afonso, morador em Évora (1346), p. 81

LISBOA

2014

Emprazamento de pardieiro em Évora a Mestre João, físico de Córdoba (1374), p. 85

Instrumento de tomada de posse de Estêvão Vasques de Góis da Quintã de Pedra Alçada, Monsaraz (1375), p. 87

Instrumento público de partilha dos bens de João Tomé (1383), p. 91

Partilha de herança de Nicolau Joanes, de Évora (1385), p. 95

Aforamento de vinhas no Calhariz (Lisboa, 1390), p. 97

Venda de herdade em Redondo (1397), p. 99

Encampação de vinha no Calhariz de Lisboa a João Eanes, pedreiro e mestre das obras do concelho (1405), p. 101

Encampação de pardieiro no Redondo pertencente a Leonor Gonçalves da Silveira (1414), p. 105

Venda de uma herdade em Évora-Monte (1423), p. 107

Sentença de D. Afonso V num pleito entre o Cabido da Igreja de Santa Maria de Guimarães e Fernão Vasques da Cunha (1438), p. 109

Inventário de todos os bens móveis e de raiz pertencentes à igreja de Nossa Senhora, matriz da vila de Góis (1552), p. 117

Certidão da artilharia das fortalezas do Estado da Índia (1553), p. 129

Tombo de capelas instituídas na vila de Castelo Branco e seu termo (s.d.), p. 139

Testamento de Bartolomeu Ginori, homem de negócios em Lisboa e provedor da irmandade da igreja de Nossa Senhora do Loreto de Lisboa (1723), p. 151

Relação do Forte Real de S. Filipe na Ilha de Santiago, Cabo Verde (1750), p. 159

ÍNDICES

Índice cronológico dos documentos publicados neste número, p. 174

Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 175

EDITORIAL

Por vezes os *milagres* acontecem! Por isso podem ser classificadas de *milagres* as surpresas extraordinárias e agradáveis que a vida vai proporcionando, depois de se perderem as esperanças. Como pode um texto impresso revelar-se como inédito se já era édito desde que fora publicado? Existem muitos preconceitos na História. Alguns historiadores defendem que só os documentos manuscritos e que ainda se conservam inéditos podem revelar factos inteiramente desconhecidos ao Homem hodierno. Entendem que o manuscrito revela uma comunicação pessoal (que nem sempre é escrita para um destinatário – caso de um diário) e por isso até uma simples carta enviada a outro, embora passe a ser propriedade do destinatário, não pode ser divulgada sem autorização do signatário, nem o seu autor (a quem pertence a *propriedade intelectual*) a pode divulgar sem a autorização do destinatário.

Todo o interessado conhece a *estória de muy noble Vespasiano emperador de Roma* (um dos raros livros impressos em Lisboa no ano de 1496) e as vicissitudes por que a edição passou por, aparentemente, só ter sobrevivido um exemplar e mesmo esse se encontrar incompleto, dado lhe faltarem os primeiros três fólhos. O texto e a história são conhecidos a partir de outras fontes. O que se tinha como desconhecido, e por isso inédito, eram as gravuras que acompanhavam os dois primeiros capítulos e possivelmente a portada. Na época todos os interessados as viram mas depressa passaram para o mundo do desconhecimento.

Uma investigadora do Centro de Estudos Históricos olhou *com um outro olhar* – para um outro livro, também não inédito *Cronica llamada el triumpho de los nueve preciados da la fama* (Lisboa, Germão Galharde, 1530) – e viu o que os outros até então não tinham identificado: uma das gravuras perdidas (e que se julgavam desconhecidas para sempre) daquelas duas ou três que faltavam na obra impressa mais de três décadas antes. Parafraseando Lavoisier: *nada se perde tudo se transforma!*

O outro milagre é a continuação da *Fragmenta Historica*. O Conselho Editorial recebeu vários artigos mas nem de todos foi possível fazer a edição. Recorde-se que *Fragmenta Historica* não é apenas mais uma revista de divulgação de trabalhos de História. Como diz o Editorial do primeiro número: *a sua base para os seus estudos é (e procuraremos que seja sempre a constante do futuro) o documento: puro, duro, sólido e concreto*. Os textos em língua estrangeira encontram-se limitados a investigadores para quem a língua portuguesa não seja a sua língua materna e oficial e, mesmo esses, têm forçosamente de ter como base o documento. Depois disso, todos os artigos são sujeitos a arbitragem científica externa – e isto é uma injustiça para com os três jovens que constituem o Conselho Editorial pois, eticamente, encontram-se impedidos de escrever artigos para uma revista onde seriam eles próprios a escolher a equipa da arbitragem. Assim, a sua colaboração, como a do Diretor da Revista, está *limitada* à divulgação de documentos, ao editorial, à escolha do documento que ilustre a capa e à sua explicação e, tarefa difícil mas fundamental e importante: a elaboração de um índice analítico. Mas são uma equipa que sabe conjugar Fraternidade, porque acreditam na História e no Homem.

João Alves Dias

IMAGEM DA CAPA

A assinatura régia: a tinta-ouro escreve o Rei

João José Alves Dias

Quase tudo já foi dito, redito e glosado (por vezes com erros grosseiros) quando se fala e escreve sobre a reforma dos forais que Fernão de Pina coordenou e produziu seguindo as diretivas dos reis a que serviu: D. João II e D. Manuel.

Analisada a documentação que sustentava a cobrança dos direitos reais¹ em cada unidade administrativa² independente³, Fernão de Pina propunha uma redação final de tudo quanto tinha sido apurado e – após a concordância do Chanceler Rui Boto – produziam-se dois documentos⁴ que eram

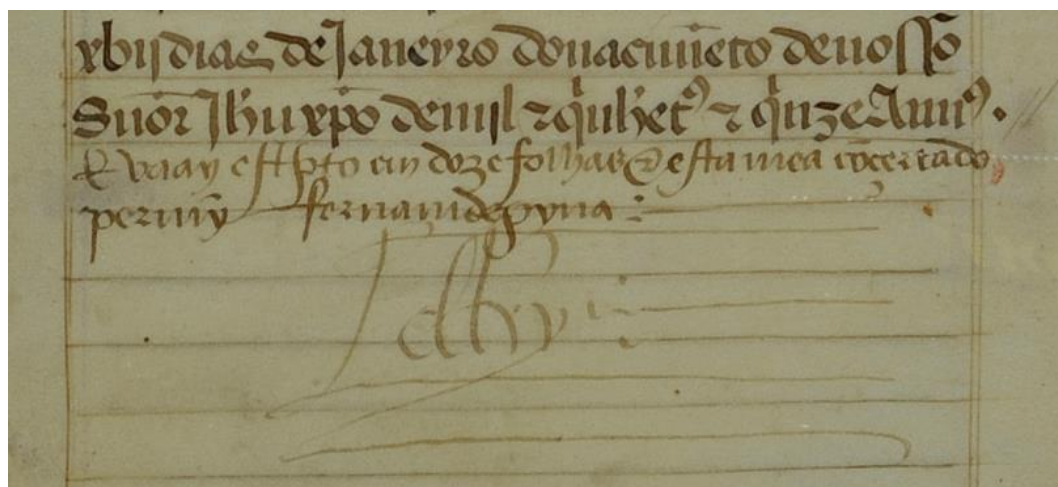
¹ A documentação tinha origem diferenciada: nuns casos, os forais dados até ao século XIV (alguns hoje desconhecidos); em outros, os foros – usos e costumes – estabelecidos e aceites pelo município (que por vezes se foram modificando e que nem sempre subsistiram); noutros, ainda, a documentação base foi produzida com a realização de inquéritos, de sentenças, de tombo e de contratos notariais produzidos entre os vizinhos de cada núcleo administrativo.

² As delimitações das unidades administrativas poderiam variar, embora em escala diminuta, e ter ou não independência territorial (separando-se, juntando-se ou autonomizando-se) em função das diferentes jurisdições: fiscais, administrativas, judiciais e até senhoriais. Os mapas não se sobrepõem conforme muitas vezes se tem dito, escrito e representado – tenha-se como exemplo a *terra* do Ribatejo no termo de Palmela (João José Alves Dias, *O Foral de Aldeia Galega de 1514*, Montijo, Câmara Municipal, 2014). Lembrem-se as variações registadas no preâmbulo (*protocolo*) da documentação aquando do endereço (*inscriptio*) na documentação (com origem diferente) enviada a uma mesma unidade administrativa.

³ Em função das diferentes Contadorias do Reino, porque era de direitos fiscais que se tratava. Por isso existirem “concelhos”, “vilas” ou outras unidades (com diferentes designações) que aparentemente não foram contemplados com forais. Luís Fernando de Carvalho Dias, no fim de cada um dos cinco volumes que publicou com o registo – ou memória – que a Torre do Tombo guardou da produção dos forais, chama a atenção para os “concelhos” existentes entre 1527-1532, que não têm o seu foral registado (o que não quer dizer que em um ou outro caso não tenha existido e que, por razões que hoje nos escapam ainda, tão somente não tivesse sido copiado no registo). Na maioria das vezes, a administração dos Direitos Reais – recorde-se mais uma vez que é disso que tratam os forais quinhentistas – dessas unidades, que aparentemente escaparam, não se colocava por terem espaços «em comum» com outra, ou outras, unidades territoriais.

⁴ Ao contrário, também, do que se tem dito e redito – e ao arrepio do que a documentação aparentemente possa induzir – não foram produzidos três forais idênticos (de um mesmo teor e aparência). Foram, sim, feitos, no máximo, três

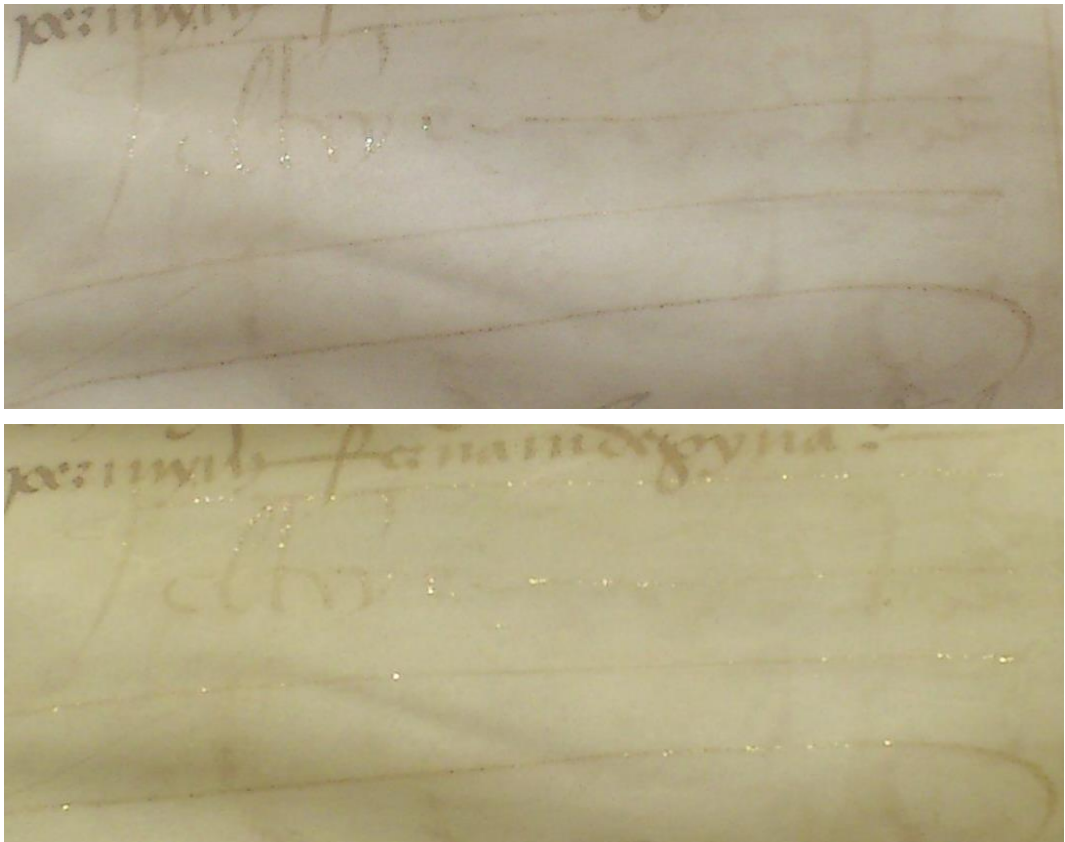
apresentados na Chancelaria Régia que os selava, validava e ao mesmo tempo fazia com que recebessem o sinal régio de autenticação⁵. Só depois desta confirmação régia é que Fernão de Pina autografava o auto de encerramento do foral. Antes esse auto ficava em aberto porque caso houvesse emendas ou acrescentos de última hora estes poderiam ser adicionados, mesmo depois da data. Se o Rei não tivesse deixado em branco um espaço suficiente para as duas ou três linhas do autógrafo de encerramento, Fernão de Pina não se coibia de o escrever no lugar certo mesmo que com isso tivesse de escrever e de assinar sobre a assinatura régia (recorde-se, entre muitos casos, o do foral assinado a 15.1.1515 para as vilas de Alcochete e Aldeia Galega).



Um dia, olhando num ângulo em que se via a luz solar rasante à assinatura régia que autenticava um foral, reparámos que a assinatura produzia reflexos desse mesmo raio, “ganhando” luz. Testado com mais uns quantos, foi com alegria que confirmámos que pelo menos os originais dos forais produzidos nos anos de catorze e quinze do século de quinhentos apresentavam todos – desde que não tivessem sido mal restaurados – os mesmos reflexos. O ouro tinha sido a substância metálica usada – na produção da tinta com que o monarca assinava – para dar à goma a fluidez e consistência necessárias.

documentos, ou melhor três versões ou formas do foral: uma, para a unidade administrativa; outra, para o senhor dos direitos reais (donatário); e uma terceira, que ficava na Coroa, como sede da administração central nos seus vários ramos (no caso presente a Fazenda e Contadoria) destinada à resolução de conflitos. Mas, no que respeita às unidades administrativas em que os direitos reais fossem exclusivamente régios só se produziam duas formas dessa documentação, uma para o «concelho» e outra para a Coroa. Mas (e existe sempre mais um mas, quer na História, quer nas *estórias*), em qualquer dos casos, a forma física do foral (aparência final e diplomática) que ficava para a Coroa não era idêntica à que era entregue à administração local e ao donatário; e, por vezes, poderia ainda haver diferenças, no que ao seu programa decorativo diz respeito, entre o foral do donatário e o da unidade administrativa. Existem, ainda, formas aparentes de forais coletivos, comuns a várias unidades administrativas, que apenas o foram na forma do donatário e coroa e que foram individualizados quando entregues ao local a que respeitavam. [Estamos, em conjunto com Pedro Pinto, a organizar um volume com toda a diplomática dos forais].

⁵ Face à doutrina exposta na nota anterior, muitas vezes, só existiu, de um mesmo foral, um exemplar completo dotado de assinatura régia.



A mesma assinatura régia com diferentes ângulos de incidência de raio solar.

A assinatura – sinal régio – que acompanha os forais originais é um autógrafo escrito pelo monarca, com uma tinta composta de ouro... A escrita apresenta-se-nos clara, como se de um fio de ouro se tratasse e, por isso, pouco se realça no pergaminho hoje amarelecido pelo consumo do tempo. Mas ao Sol o ouro ainda reluz!

Fontes

Foral de Alcochete e de Aldeia Galega do Ribatejo, 1515, Lisboa, Janeiro, 17 (Alcochete, Museu Municipal de Alcochete, Pergaminho 319).

Foral de Vouga, 1514, Lisboa, Março, 18 (Lisboa, [Coleção Particular]).

TESTAMENTO DE VASCO AFONSO, MORADOR EM ÉVORA (1346)

Transcrição de João Costa

IEM – FCSH/NOVA

CEH – NOVA

Resumo

1346 [E. 1384], Évora, Janeiro, 28

Testamento de Vasco Afonso, casado com Mafalda Rodrigues, morador em Évora.

Determina que seja enterrado na Sé de Évora, e deixa legados pios a particulares e instituições.

Abstract

Testament of Vasco Afonso, married to Mafalda Rodrigues, resident in Evora.

Determines to be buried in the Cathedral of Évora, and let pious bequests to individuals and institutions.

Lisboa, Centro de Estudos Históricos, *Colecção de Pergaminhos*, Maço 1, nº 1 *olim* Catálogo Silva's / Pedro de Azevedo, Leilão de 16-18 de Maio de 1994, N.º 535.

¹¹²Documento¹¹³ Em nome de deus Amem

Esta he A manda *que* Eu Rodrig Affomssso Caualejro faço com meu siso e com meu entendijmento

primeiramente mando A alma A *deus* e A *ssancta* Maria sa madre e mando soterrar meu corpo na Seẽ d Euora Ante [o] Altar de *sancta* cruz Alij hu louuer vago E mando por esta sepultura dez libras pera a [...] ¹¹⁴quiser dar esta sepultura mando *que* me deitem em sam françisco no Cabidoo e dez [...] ¹¹⁵estas dez libras *que* Eu mandaua Aa obra por A coua e com o corpo por a dicta sepultura E se me deitarem em ssam françisco *comprem* huũ Auĩto em *que* me soterrem

Item mando por falhas A ssee quinze libras

Item per a mha ssepultura quinze libras

Item mando por huũ Anal de missas quareenta libras e mando *que* as cantem hu louuer o meu corpo E o *que* as cantar saija cada dia sobre mjm com agua beenta

Item mando pera me offertarem huũ Ano dez libras e dous quarteiros de trijgo E offertem hu louuer o meu corpo

Item mando A Giralda Ama[vAlda] e huũ pelote d arraĩz e dez libras em dinhejros *que* me leue A offerta

Item mando pera meu sabado quinze libras e tres quarteiros de trijgo

Item pera ssijnos tanger . quatro libras

Item mando Aos clerigos da ssee tres libras pera matijnas e pera Onrras e me dijgam hũa missa offezijada Alij hu me soterrarem

Item mando aos frades de sam françisco çijnqe [sic] libras pera hũa pitança e *que* me dijgam hũa missa offezijada o dija *que* me soterrarem

Item Aos frades de sam Domjngos tres libras *que* uenha A meu soterramento e me digam hũa Missa offezijada o dija *que* me soterrarem

Item mando oijto libras pera oijtauairo Alij hu me soterrarem

¹¹² Os critérios de transcrição adoptados são os da Universidade Nova de Lisboa, sugeridos em João José Alves Dias et al., *Álbum de Paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987.

Adoptou-se também o critério de colocar “j” nos casos em que existe já uma pontuação no jota à imagem do que acontece com os “ii”, onde se tomou a opção de indicar essa sinalização com “i”.

¹¹³ Em letras diferentes, no verso:

“Maço – 33 – nº – 144”;

“Testamentos maço 2 n.º 36”;

“7-T-3”;

“testamento de Rodrigo afonso caualeiro filho d afonso [annez] caualeiro”;

“Testamento de Vasco afonso marido de Mafalda rodriguez morador em Euora ano de [1384] Euora”;

“1334”;

“escrituras *que* pertencem a euora”;

“Euora”;

“Testamento de Vasco <Aliás Rodrigo> Afonso cazado com Mafalda Rodriguez”;

“não contem nada”;

“Inutil”.

¹¹⁴ 4 palavras.

¹¹⁵ 1 palavra.

Item mando A totalas crozos [sic] da vila dez dez ssoldos

Item Aa obra da ssee dez ssoldos E aa de sam françisco dez ssoldos

Item Aa obra de sam Domijngos dez ssoldos

Item Aas albergarias da vila doos doos ssoldos E mando aas emparedeadas senhos ssoldos

Item mando Aos gaffos quinze ssoldos tam bem Aos que ham Raçam come Aos que a nom hãm

Item mando aas donas de castris quinze ssoldos

Item mando A meu Abade Martijm bernardez vijnte ssoldos

Item mando que saijam sobre mjm Açijma do mes os clerigos da See e dijgam Ante hũa Missa offezijada vijnte ssoldos

Item mando pera os Coonijgos que me venham fazer onrra A mha casa e esteuerem A mha sepultura çijnque çijnque ssoldos Aos que hij veherem

Item mando . Aos que me outrossij fforem ffazer onrra e esteuerem Aa missa Açijma do mes çijnque çinque ssoldos A cada huũ coonijgo

Item mando com meu corpo Aa ssee se me hij soterrarem tres libras

Item mando A Johann esteuez dez couedos de valençijna pera lhij tolherem o doo sse o ffilhar

Item A Domjngu eannes outros dez couedos de valençijna pera lhijs tolherem o doo se o ffilharem por mjm

Item mando vijnte libras por missas cantar por as Almas daqueles de que ouuij Algũas cousas como nom deuija

Item mando . que sse Alguũs mançebos veherem que seiam de boa uerdade e disserem per luramento Aos Auangelhos que lhis deuo Algũa Algũa [sic] cousa de soldadas e que me eles nom fezerem perda nenhũa mando que lhis dem A mha parte do que lhis deuer

Item mando A dous filhos de Rodrigo tenreiro que ssom meos Affilhados dez e dez ssoldos A cada huũ

Item mando A alda filha de vicente dominguez outrossij mha Affilhada vijnte ssoldos

Item mando que dijga A ama de Roij mendez per ssa uerdade quanto trijgo lhij deuo e que lho dem

Item mando Ao ffilho de Roij meendez meu Affilhado tres libras

Item mando A Roij vaasquez meu primo o meu Tabardo verde e dez libras em djnhejros

Item mando a lohann esteuez meu criado dez libras

Item mando Aos filhos de Nuno affomsso çijnque çijnque libras

Item mando Aos filho de Lopo Affomsso çijnque libras

Item Aos de Costanç Affomsso çijnque çijnque libras ssaluo A lopo que dem vijnte libras

Item Aa ffilha de Maria affonsso çijnque libras

Item mando A ffernando meu criado filho de Mafalda rodriguez Çijnquoenta libras E mando se peruentuira o dicto fernando quiser demandar mal A ssa madre aia A alda mha filha que lhij nom dem as dictas çijnquenta libras mais que sse defendam com elas da demanda que lhis fezer



Item mando pera Missas de carne Açijma do Ano quinze libras e dez quarteiros de trijgo E rrogo Nuno affomsso E lopo affomsso meos hermaãos e Maffalda rodriguez mha molher e vicente dominguez meu parente e meu compadre que seiam meos Testamenteiros e mando Aos dictos meos Irmãos por Affam que Aueram quinze quinze libras

Item A vicente dominguez quinze libras

Item mando A Meçij Affomsso quinze libras

Item A Mari Affomsso quinze libras

Item pera hũa Canpaã quinze libras

Item pera tirar catijuos quareenta ssoldos

Item mando que cantem por mjm huũ trijntaaio de sam Griijgorio em que monta quatro libras e meija

Item mando pera probes vestijr de burel e de ljnho trinta libras

Item mando A affomsso vaasquiz o meu pelote e o Cerame de viado Anbos d huũ pano

Item a vasco ffilho de Roiij uaasquez d eluas que he meu Affilhado . tres libras

Item a quem for por mjm a ssantijago de galijza mando que lhij dem o que virem que mereçer por hir Ala

Item mando A Maria uaasquez dez libras

Item mando A Moor uaasquez dez libras

Item mando que este meu testamento seia pagado Ata çijma do Ano

Item mando que meos testamenteiros obrem deste meu testamento Assij como em el he contehudo e façam prol da mha Alma E mando que bispos nem seos vigairos nom Aiam de ueer em este meu testamento nada

Item mando que paguem este meu testamento da mha terça do meu Auer E sse sobeiar da mha terça Algũa cousa dem A meijadade A alda mha filha daquelo que sobeia e A outra meijadade dem na meos Testamenteiros por mha Alma em probes vestir e em missas cantar pera virem que ssera prol de mha Alma e Reuogo todos outros testamento [sic] que eij fectos Ante deste mando que este valha Ata que o Eu desffaga com outro ca esta he A mha prostumeira vontade

ffecto o testamento na Cidade d Euora nas Casas do dicto Rodrig Affomsso vijnte e oijto dijas de laneiro Era de mil e trezentos e oijteenta e quatro Anos *testemunhas* Lopo Affomsso caualeiro vasco martinz porrijnha Rodrig Airas d Açacar Gomez lourenco filho de lourenco steuez loham louçaaom Domjngos martinz das Aueenças vicente dominguez criado de lourenco steuez e outros E eu Affomsso dominguez Tabelliôm da dicta Cidade per outorgamento do dicto Rodrig Affomsso este testamento escreuij e meu sijnal aqui pugij que tal [sinal] he //





CENTRO DE
ESTUDOS
HISTÓRICOS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA